

BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE FORTALEZA

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160045-BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE FORTALEZA	MICHAEL ANTHONY DA COSTA SOUZA	11/05/2026 16:56 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64242.000506/2026-04

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64242.000506/2026-04)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.Contratação de serviço de enlace dedicado ponto a ponto, de camada dois (Metro Ethernet), entre Organizações Militares subordinadas e vinculadas à 10ª Região Militar (10ª RM), visando garantir conectividade segura, confiável e de alta disponibilidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário (Máximo)	Valor Total (Máximo)
GRUPO 1 - 52º CT / 7º CTA.						
1	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 200 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Brasília-DF.	26506	Mês	12	R\$ 2.649,58	R\$ 31.794,90
2	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 300 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Brasília-DF.	26506	Mês	12	R\$ 3.447,50	R\$ 41.370,00

3	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 400 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Brasília-DF.	26506	Mês	12	R\$ 4.505,00	R\$ 54.060,00
GRUPO 2 - 52º CT / 5º CTA.						
4	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 100 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Recife-PE.	26506	Mês	12	R\$ 2.940,00	R\$ 35.280,00
5	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 200 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Recife-PE.	26506	Mês	12	R\$ 3.770,00	R\$ 45.240,00
6	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 300 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Recife-PE.	26506	Mês	12	R\$ 3.706,67	R\$ 44.480,00
GRUPO 3 - 52º CT / 2º BEC.						
7	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 100 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.055,06	R\$ 36.660,75
8	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 200 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 4.207,74	R\$ 50.492,91
9	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 300 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 5.396,31	R\$ 64.755,75
GRUPO 4 – 52º CT / CMDO 10ª RM.						
10	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.858,15	R\$ 34.297,80
11	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 200 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.367,04	R\$ 40.404,53

12	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 300 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.518,26	R\$ 42.219,09
GRUPO 5 – 52º CT / CMF						
13	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.814,61	R\$ 33.775,27
14	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 200 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.830,69	R\$ 33.968,28
15	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 300 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.838,25	R\$ 46.059,00
GRUPO 6 – 52º CT / 2ª CIA SUP						
16	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 32 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Maranguape-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.491,25	R\$ 29.895,00
17	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Maranguape-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.815,00	R\$ 33.780,00
18	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Maranguape-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.647,50	R\$ 43.770,00
GRUPO 7 – 52º CT / 10º D SUP						
19	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.313,36	R\$ 39.760,35
20	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 150 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.731,19	R\$ 44.774,28

21	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 200 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 4.763,25	R\$ 57.159,00
GRUPO 8 – 52º CT / HGeF						
22	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.230,69	R\$ 38.768,28
23	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 200 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.750,95	R\$ 45.011,42
24	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 300 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 4.163,25	R\$ 49.959,00
GRUPO 9 – 52º CT / 3º BEC						
25	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Picos-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.015,00	R\$ 36.180,00
26	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Picos-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.372,50	R\$ 40.470,00
27	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 150 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Picos-PI.	26506	Mês	12	R\$ 4.270,00	R\$ 51.240,00
GRUPO 10 – 52º CT / 40º BI						
28	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Crateús-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.040,00	R\$ 36.480,00
29	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Crateús-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.447,50	R\$ 41.370,00

30	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 150 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Crateús-CE.	26506	Mês	12	R\$ 4.268,75	R\$ 51.225,00
GRUPO 11 – 25° BC / 2° BEC						
31	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.015,00	R\$ 36.180,00
32	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.372,50	R\$ 40.470,00
33	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 150 Mbps, dentro da cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 4.270,00	R\$ 51.240,00
GRUPO 12 – 2° BEC / OPIP TSA-PI						
34	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.015,00	R\$ 36.180,00
35	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.372,50	R\$ 40.470,00
36	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 150 Mbps, dentro da cidade de Teresina-PI.	26506	Mês	12	R\$ 4.270,00	R\$ 51.240,00
GRUPO 13 – 25° BC / 40° BI						
37	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 32 Mbps, entre a cidade de Teresina-PI e a cidade de Crateús-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.591,31	R\$ 31.095,75

38	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 64 Mbps, entre a cidade de Teresina-PI e a cidade de Crateús-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.077,50	R\$ 36.930,00
39	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 100 Mbps, entre a cidade de Teresina-PI e a cidade de Crateús-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.792,50	R\$ 45.510,00
GRUPO 14 – 3º BEC / OPIP TSA-PI						
40	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 32 Mbps, entre a cidade de Teresina-PI e a cidade de Picos-PI.	26506	Mês	12	R\$ 2.853,75	R\$ 34.245,00
41	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 64 Mbps, entre a cidade de Teresina-PI e a cidade de Picos-PI.	26506	Mês	12	R\$ 3.252,50	R\$ 39.030,00
42	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 100 Mbps, entre a cidade de Teresina-PI e a cidade de Picos-PI.	26506	Mês	12	R\$ 4.092,50	R\$ 49.110,00
GRUPO 15 – 10º D SUP / 2ª CIA SUP						
43	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 32 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Maranguape-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.653,75	R\$ 31.845,00
44	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>) taxa de transmissão de 64 Mbps, entre a cidade de Fortaleza-CE e a cidade de Maranguape-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.991,88	R\$ 35.902,56
GRUPO 16 – CMF / HGeF						
45	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.230,69	R\$ 38.768,28
46	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 150 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.632,95	R\$ 43.595,42

47	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 200 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 4.328,60	R\$ 51.943,20
GRUPO 17 – CMF / CMDO 10ª RM						
48	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.230,69	R\$ 38.768,28
49	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 150 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.592,95	R\$ 43.115,42
50	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 200 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 4.328,60	R\$ 51.943,20
GRUPO 18 – 52º CT – ETICE(FLA-CE)						
51	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 250 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.746,50	R\$ 44.958,00
52	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 500 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 5.203,75	R\$ 62.445,00
53	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 1 Gbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 9.258,25	R\$ 111.099,00
GRUPO 19 – 52º CT / SEC ADM PNR						
54	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 32 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.050,00	R\$ 36.600,00
55	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.322,00	R\$ 39.864,00

GRUPO 20 – 52º CT / Escritório Operação Carro Pipa.						
56	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 32 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.963,00	R\$ 35.556,00
57	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.176,00	R\$ 38.112,00
58	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 3.456,69	R\$ 41.480,28
GRUPO 21 – OPIP (TSA-PI) / SISTEMA RÁDIO TRONCALIZADO-SRDT (TV ANTARES).						
59	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 32 Mbps, dentro da cidade de Teresina - PI.	26506	Mês	12	R\$ 2.553,75	R\$ 30.645,00
60	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Teresina - PI.	26506	Mês	12	R\$ 2.815,00	R\$ 33.780,00
GRUPO 22 – 2º BEC / SISTEMA RÁDIO TRONCALIZADO-SRDT (TV ANTARES).						
61	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 32 Mbps, dentro da cidade de Teresina - PI.	26506	Mês	12	R\$ 2.553,75	R\$ 30.645,00
62	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Teresina - PI.	26506	Mês	12	R\$ 2.815,00	R\$ 33.780,00
GRUPO 23 – 52º CT / SISTEMA RÁDIO TRONCALIZADO-SRDT (EDIFÍCIO MALLET).						
63	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 32 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.443,00	R\$ 29.316,00
64	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.636,00	R\$ 31.632,00

GRUPO 24 – 52º BC / 23º BC.						
65	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 32 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.305,00	R\$ 27.660,00
66	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 64 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.550,00	R\$ 30.600,00
67	Contratação de serviço de enlace ponto a ponto dedicado de camada dois (<i>metro ethernet</i>), taxa de transmissão de 100 Mbps, dentro da cidade de Fortaleza-CE.	26506	Mês	12	R\$ 2.907,82	R\$ 34.893,80

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados **a partir da data da sua assinatura**, prorrogável por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do 52º Centro de Telemática e suas Organizações Militares Apoiadas nos Estados do ceará e Piauí, de modo que sua interrupção compromete a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional da Organização Militar, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. O objeto da contratação não incide nas hipóteses de vedação constante dos Art. 3º e 4º, bem como foi observado o constante do Art. 5º e no Anexo I, tudo da Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

1.9. Na instrução processual foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

1.10. O serviço não consta do Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras, instituído por intermédio da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pelos seguintes motivos:

2.1.1. A missão Institucional do 52º Centro de Telemática envolve desde o gerenciamento da rede de telemática de todas as Organizações Militares pertencentes à 10ª Região Militar, até a prestação de diversos serviços como elaboração de projetos de TIC, hospedagem de páginas e sistemas, acesso à Internet, dentre outros.

2.1.2. Nesse sentido, o 52º Centro de Telemática constitui um sistema naturalmente vocacionado a instalar, operar e gerenciar a infraestrutura de rede regional do Exército Brasileiro (EB) – abrangida pelos estados do Ceará e Piauí – em face de sua competência orgânica de gestão das redes estratégicas de comunicações.

2.1.3. Diante das necessidades vividas pelas OM supracitadas, existe a premente necessidade da manutenção ou aumento da capacidade de tráfego de dados – com garantia de disponibilidade e qualidade de serviço – para atender a demandas como a utilização dos sistemas corporativos, telefonia VoIP, videoconferência, Internet, dentre outros.

2.1.4. Para isso, o Exército Brasileiro vem conduzindo projetos para a manutenção de um Backbone Nacional e Regionais, permitindo o roteamento de toda a rede, reduzindo a dependência do EB em relação aos provedores de acesso à Internet, e criando um backbone de alta capacidade para a EBNet.

2.1.5. Como resultado final, espera-se continuar com a redução dos custos atuais com concessionárias provedoras de serviços de telecomunicações, além de aumentar a garantia da disponibilidade dos enlaces, através de contratações de links redundantes.

2.1.6. O 52º Centro de Telemática faz parte do Sistema de Telemática do Exército (SisTEx), composto por 12(doze) Centros de Telemática ou Centros de Telemática de Área, os quais podem futuramente ter a necessidade de realizar contratações semelhantes aos serviços discriminados neste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-0000182/2026;
- Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;
- Id do item no PCA: 160045-15/2026;
- Classe/Grupo: 142;
- Identificador da Futura Contratação: 97/2026;

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2025 do 52º Centro de Telemática, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ID	Objetivo Estratégico	Objetivos Estratégicos
1	OE-1	Entregar serviços alinhados com os requisitos do Exército Brasileiro, no âmbito da 10ª Região Militar
2	OE-2	Ampliar a capacidade de comunicações, comando e controle no âmbito da 10ª Região Militar
3	OE-3	Ampliar a capacidade de atuação no espaço cibernético
4	OE-4	Aperfeiçoar a governança de TI do 52º CT e das OM da 10ª RM
5	OE-6	Fomentar a atualização e a inovação tecnológica na área de TI
6	OE-7	Maximizar a obtenção dos recursos orçamentários para o 52º CT
7	OE-9	Aperfeiçoar a infraestrutura e ativos de TI no 52º CT
8	OE-11	Desenvolver a cultura de inovação tecnológica, no âmbito da 10ª Região Militar

9	OE-12	Fortalecer a imagem institucional do 52º CT
10	OE-13	Aprimorar as instalações do 52º CT

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
1	Implementar na infraestrutura de TI do 52º CT e das OM apoiadas todo o planejamento realizado pelo CITEx	1	Entregar serviços alinhados às determinações do CITEx

2.4. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Logística Sustentável 2024–2026 (1ª Edição/Dezembro 2024) da Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza, especialmente no eixo constante do Item **5.6. Compras e Contratações Sustentáveis**, que estabelece diretrizes voltadas à racionalização do uso de recursos, à melhoria da eficiência administrativa e à modernização dos processos institucionais.

2.4.1. Nesse contexto, a solução pretendida contribui diretamente para a otimização da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, promovendo maior eficiência operacional e melhor utilização dos recursos públicos, em consonância com as diretrizes estabelecidas no referido Plano.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no **Item 12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA**, tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em contratação de serviços de conectividade a partir de links dedicados de Metro Ethernet ponto a ponto, de camada 2, nas Organizações Militares e demais localidades atendidas pelo 52º Centro de Telemática, conforme discriminado no Estudo Técnico Preliminar.

3.3. A adoção de **duas/três faixas de velocidade** no planejamento para implantação dos backbones ópticos **BBI (Backbone de Integração)** e **BBR (Backbone Regional)** justifica-se pela necessidade de **adequar a contratação aos recursos financeiros disponíveis**, garantindo viabilidade técnica e orçamentária ao projeto. Como o volume de recursos a ser recebido ainda é incerto, a estruturação em múltiplas faixas (baixa, média e alta capacidade) permite selecionar, no momento da contratação, a opção que melhor se ajuste à dotação orçamentária existente, **assegurando que todas as faixas de velocidade atendam plenamente às necessidades técnicas e operacionais dos entes**, variando apenas quanto à capacidade de expansão.

3.4. Administrativamente, a medida está amparada na **Lei nº 14.133/2021** (Art. 18 e 82), que prevê planejamento prévio e o uso do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** para contratações conforme necessidade e disponibilidade financeira. Tal abordagem assegura **flexibilidade, economicidade e eficiência**, permitindo à Administração Pública adaptar-se ao cenário orçamentário, mantendo a **padronização técnica**, a **adequação funcional de todas as faixas ofertadas** e a **competitividade** entre fornecedores.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Manter o tráfego de informações corporativas para o atendimento das necessidades de conexão das Organizações Militares (OM) sob responsabilidade do 52º CT, que estão sediadas nos Estados do Ceará e Piauí, atendendo aos objetivos dos projetos e reduzindo custos.

4.1.2. Manutenção da permanente conectividade das OM, com a utilização de enlaces de rede que fazem uso de tecnologia equivalente às adotadas para a composição da Rede Corporativa, para que seja mantida a interoperabilidade e para que não haja a necessidade da substituição de equipamentos que já se encontram em produção.

4.1.3. Oferecer uma melhor relação custo-benefício a longo prazo.

4.1.4. Facilitar a expansão futura da rede sem necessidade de grandes investimentos adicionais.

4.1.5. Garantir a interligação entre a infraestrutura do 52º CT e as Organizações Militares apoiadas, com larguras de banda que atendam às necessidades de conexão para a realização de operações militares e desempenho de administrativas, educacionais e hospitalares.

4.1.6. Assegurar alta disponibilidade de acesso à rede, proporcionando uma operação contínua e sem interrupções para suportar as atividades críticas do Exército Brasileiro e do Ministério da Defesa. Os enlaces devem possuir alta capacidade de resiliência e mecanismos de contingência que permitam o rápido restabelecimento das indisponibilidades.

4.1.7. A solução de TIC deve estar alinhada aos projetos estratégicos do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), especificamente aos projetos de interconexão nacional e regional, o que assegura a compatibilidade e a integração com as iniciativas de expansão e modernização da infraestrutura de rede do Exército Brasileiro.

4.1.8. Manter o funcionamento da Rede Corporativa de Dados do Exército Brasileiro (EBNet), independente da infraestrutura lógica de terceiros e suportar o volume de tráfego necessário, de acordo com a banda contratada

4.1.9. Estabelecer comunicação redundante do 52º CT à Brasília – DF, constituindo o backbone de integração para todas as OMDS/Vinc da 10ª Região Militar.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.3. Não há necessidade de capacitação do pessoal para a utilização dos enlaces que serão contratados, uma vez que toda a configuração dos equipamentos que estabelecerão a conexão entre a OM e o 52º CT é de responsabilidade do prestador do serviço, o qual deverá entregar o enlace com as adequadas configurações que permitam o tráfego entre as duas localidades e, também, estar alinhado à necessidade da continuidade da utilização das mesmas configurações que estão em produção nos equipamentos das OM.

Requisitos Legais

4.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.5. A solução deverá atender a Portaria nº 004-DCT, de 31 de janeiro de 2007, que aprova as instruções reguladoras sobre segurança da informação nas redes de comunicação e de computadores do Exército Brasileiro (IRESER - IR 13 – 15)

4.6. Estar em conformidade com as normas e resoluções vigentes da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), no que couber.

Requisitos de Manutenção

4.7. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (**corretivas, preventivas, adaptativa e evolutiva**) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.8. Atendimento, para efeito desse processo, entende-se como a ação da **CONTRATADA** para sanar determinado incidente ou atender a uma requisição de serviço.

4.9. O chamado será aberto pelo fiscal titular do contrato, fiscal substituto do contrato ou por militar designado pelo Comandante/Chefe/Diretor ou Subcomandante/Subdiretor/Subchefe da **CONTRATANTE**.

4.10. As manutenções supracitadas no item acima, quando não configurarem evento de natureza emergencial, não deverão ultrapassar o limite de 12 (doze) horas nem adentrar ao horário de expediente da **CONTRATANTE**. Em caso de ultrapassar esse período, os motivos deverão ser esclarecidos e justificados pela **CONTRATADA** em relatório a ser entregue à **CONTRATANTE**.

4.11. Para quaisquer das manutenções realizadas, a **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA** a realização de testes **RFC 2544 / Y.1564 e Y.1731**.

4.12. Justificativa técnica para a utilização de padrões de, protocolos e testes internacionais:

4.12.1. Os testes RFC 2544, ITU-T Y.1564 e ITU-T Y.1731, bem como IEEE 802.1ag (OAM) e o uso de VLAN, Q-in-Q, QoS/PCP/DSCP e MACsec, são padrões e boas práticas internacionalmente consolidados, definidos por organismos técnicos reconhecidos (IETF, ITU-T e IEEE) e amplamente adotados no mercado para validação de desempenho, disponibilidade, segurança e qualidade de serviços Metro Ethernet. Sua previsão no TR tem finalidade de mensuração objetiva e verificação de aderência aos níveis de serviço contratados, não configurando exigência restritiva indevida.

4.13. A **CONTRATADA** deverá prover um serviço de atendimento ao cliente, capaz de atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

4.13.1. Abertura, acompanhamento e encerramento de chamados técnicos;

4.13.2. Geração e emissão de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento da qualidade dos serviços e dos níveis de serviço contratados (ANS);

4.13.3. Sistema de registro, acompanhamento dos chamados e esclarecimentos de dúvidas, compreendendo desde o registro até a resolução do fato motivador do chamado e permitindo inclusive o acesso a essas informações pela **CONTRATANTE**.

4.14. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar o preposto para reuniões presenciais na **CONTRATANTE** e/ou por videoconferências, sempre que a **CONTRATANTE** julgar necessário. Esta reunião será previamente agendada pela **CONTRATANTE**, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência.

4.15. Os atendimentos devem ser iniciados no prazo máximo de 1(uma) hora, contada a partir da data e hora do chamado. Todo acesso às instalações da **CONTRATANTE** – por pessoal técnico da **CONTRATADA**, ou de seu preposto – deverá ser previamente agendado com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, devendo ser observadas as normas de controle de acesso da **CONTRATANTE**.

4.16. Disponibilizar atendimento especializado 24 x 7, acessado por um número único nacional não-tarifado (0800) ou por número local de Fortaleza-CE, podendo oferecer, adicionalmente, opção de registro de chamados pela Internet, de acordo com requisitos de segurança estabelecidos de comum acordo entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

4.17. Dar suporte pró-ativo a todas ocorrências referentes à rede física (instalação, recuperação, alteração e remoção) e todos os serviços contratados, de maneira a assegurar a integridade dos meios de comunicação entre cada extremidade do enlace.

4.18. Todo acesso às instalações da **CONTRATANTE** – por pessoal técnico da **CONTRATADA**, ou de seu preposto – deverá ser previamente agendado com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, devendo ser observadas as normas de controle de acesso da **CONTRATANTE**.

4.19. Manutenções e/ou intervenções programadas nos serviços contratados, quando necessárias – mesmo no caso daquelas que não impliquem inoperância desses serviços ou alteração nas suas características, que necessitem a presença do técnico da **CONTRATADA** – deverão ser autorizadas previamente pela **CONTRATANTE** e solicitadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para acertos de data, horário e duração.

4.20. As manutenções supracitadas no item 4.19 devem ser feitas nas seguintes condições:

4.20.1. **Manutenção corretiva (incidentes e falhas)**

4.20.1.1 Qualquer manutenção e/ou intervenção de caráter emergencial para solução de falhas, inoperâncias e/ou indisponibilidades, verificadas na rede, deverá ser agendada e acordada previamente com a **CONTRATANTE**, com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência.

4.20.1.2. As manutenções corretivas, ou ajustes que possam vir a causar inoperâncias e/ou indisponibilidades nos serviços – desde que previamente acordadas entre a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, em até 72 (setenta e duas) horas, realizadas aos finais de semana ou fora do horário de 7 (sete) horas às 19 (dezenove) horas nos dias úteis – não gerarão descontos na fatura.

4.20.1.3. O prazo máximo para restabelecimento dos serviços de comunicação de dados será, contado a partir da data e hora do chamado ou da detecção do incidente por meio das ferramentas de monitoramento da **CONTRATADA**:

4.20.1.3.1. de 4 (quatro) horas, para as localidades situadas nos municípios de Fortaleza e Maranguape; e

4.20.1.3.2. de 6 (seis) horas, para as demais localidades, observando que o prazo de 6 (seis) horas será acrescido do tempo de deslocamento, ou seja, em 1h a cada 50 km de distância a partir do 52º CT, localizado em Fortaleza-CE.

4.20.2. Manutenção preventiva (rotina programada e quando solicitada).

4.20.2.1. As manutenções preventivas, ou ajustes que possam vir a causar inoperâncias e/ou indisponibilidades nos serviços – desde que previamente acordadas entre a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, em até 72 (setenta e duas) horas, realizadas aos finais de semana ou fora do horário de 7 (sete) horas às 19 (dezenove) horas nos dias úteis – não gerarão descontos na fatura.

4.20.2.2. Quando solicitado, a **CONTRATADA** deverá realizar inspeções físicas, incluindo a realização de limpeza de conectores ou medições de potência. Além disso, também sob solicitação, a **CONTRATADA** deverá enviar relatórios com as medições do *reflectômetro óptico no domínio do tempo* (OTDR) à **CONTRATANTE**.

4.20.2.3. Quando solicitado, a **CONTRATADA** deverá realizar testes de *failover/failback* quando houver redundância.

4.20.3. Manutenção adaptativa.

4.20.3.1. Consistem em mudanças de VLAN/EVC, Q-in-Q, QoS/PCP/DSCP pass-through, ajuste de MTU/Jumbo até o limite discriminado no Estudo Técnico Preliminar, endereçamento e políticas de roteamento no CPE, além de remanejamento de ponto na mesma edificação.

4.20.3.2. Prazos máximos: até 10 dias úteis para ajustes lógicos; 5 dias úteis para remanejamento interno; 15 dias úteis para outra edificação no mesmo município.

4.20.3.3. Quando solicitados, deverão ser realizados os seguintes testes pós-mudança: RFC 2544 / Y.1564 e OAM 802.1ag/Y.1731.

4.20.4. Manutenção evolutiva.

4.20.4.1. Inclui aprimoramentos de **telemetria/portal/API**, otimizações de **segurança L2** e upgrades de **firmware** que agreguem estabilidade /funcionalidade **sem redução de capacidade**. Melhorias com impacto de escopo deverão o rito de alteração contratual.

4.20.4.2. **Testes e aceitação pós-manutenção: Após toda** intervenção que possa afetar desempenho, a **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA**:

4.20.4.2.1. **RFC 2544** (throughput/latency/frame-loss/back-to-back) nos tamanhos **64/256/512/1024/1518/jumbo frame** nos tamanhos que estiverem em operação;

4.20.4.2.2. **ITU-T Y.1564** (SCT/SPT) por ao menos **15 min**;

4.20.4.2.3. **OAM 802.1ag/Y.1731** (perda/latência/jitter) com métricas dentro do SLA;

4.20.4.2.4. Preservação de **payload contratado** considerando overhead (Q-in-Q/MACsec), com evidências anexadas ao ticket.

4.21. A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA como entregáveis e registros os seguintes itens:

4.21.1. **Plano de Manutenção** (cronograma anual e procedimentos).

4.21.2. **Relatórios** de manutenção (corretiva/preventiva/adaptativa/evolutiva) em **PDF**, com prints/logs, datas e responsáveis.

4.21.3. **Atualização de inventário** (CPE/ports/SN/versões/MTU/VLAN/QoS) e de **as-built** quando houver alteração física.

4.21.4. **Backups de configuração** versionados (pré e pós-manutenção).

Requisitos Temporais

4.22. Os serviços devem ser atendidos no prazo máximo de **4(quatro)** horas corridos as cidades de Fortaleza – Ceará e de **6(seis) horas** para as demais localidades, a contar do recebimento da abertura do chamado, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.23. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.24. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.25. O atendimento aos chamados serão classificados conforme sua severidade, a critério da CONTRATANTE, e devem ser executados de acordo com a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Descrição do nível de severidade.

Severidade	Descrição	Tipo de Atendimento	Tempo de Atendimento
1 - Alta	Chamados Associados às situações de alto impacto, incluindo os casos de degradação severa de desempenho	Remoto* ou On-site	No máximo 2 (duas) horas após a abertura do chamado
2 - Média	Chamados referentes às situações de baixo impacto ou para aqueles problemas que se apresentam de forma intermitente, incluindo os casos em que haja a necessidade de substituição de componente(s) que possua(m) redundância.	Remoto* ou On-site	No máximo 6 (seis) horas após a abertura do chamado
3 - Baixa	Chamados com o objetivo de sanar dúvidas quanto ao uso ou implementação do produto.	Remoto	No máximo 48 horas após a abertura do chamado.

(*) exceto nos casos em de necessidade de intervenção física.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.26. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e à legislação aplicável (incluindo **LGPD**), observando, no mínimo:

4.26.1. **Isolamento L2** por **VLAN/EVC** dedicado; quando requerido, **MACsec (IEEE 802.1AE)** entre CPE/NNI, preservando o payload contratado;

4.26.2. **Criptografia** de gestão (SSH, HTTPS/TLS 1.2+), **SNMPv3**; bloqueio de L2CP por padrão, habilitável sob demanda;

4.26.3. Tratamento de dados e logs conforme as **políticas internas** e classificação da informação;

4.26.4. Conformidade com **NR-10/NR-35** e, quando aplicável, **NR-33**; **ART/RRT** nas atividades com responsabilidade técnica.

4.27. Realizar comunicação prévia, com o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo casos urgentes (de acordo com as gravidades especificadas), na eventual necessidade de acesso aos equipamentos que se encontram nas Organizações Militares.

4.28. Manter seus funcionários sempre uniformizados e corretamente identificados, por ocasião dos atendimentos in loco, nas OM.

4.29. Não divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas da Organização Militar.

4.29.1. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, deverá ser assinado pelo representante legal da **CONTRADADA**, e o Termo de Ciência por todos os empregados da **CONTRATADA** diretamente envolvidos no serviço.

4.30. Implementar controles de acesso rigorosos, incluindo políticas, para garantir que apenas usuários autorizados possam acessar os equipamentos ou informações sensíveis.

4.31. Utilizar mecanismos que minimizem os riscos de exposição e indisponibilidades por ataques cibernéticos.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.32. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.32.1. A contratada ou seus dirigentes, não podem ter sido condenados, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); e das Convenções da OIT nº 29 e 105.

4.32.2. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01 /2010, de 19 de janeiro de 2010.

4.32.3. Justifica-se as exigências quanto a sustentabilidade, quando aplicáveis, em função da necessidade de preservação dos diversos tipos de recursos, por intermédio de uma gestão responsável que promova a justiça social e o desenvolvimento aliados à proteção ambiental. Tais ações, além das dimensões econômica, social e ambiental, visam a reeducação, a conscientização quanto aos impactos do consumo desenfreado, o consumo racional e consciente dos recursos naturais e o processamento e descarte correto do lixo.

4.33. Garantir o emprego de funcionários devidamente contratados em conformidade com a legislação vigente, de modo que seja mitigado o risco da utilização de mão de obra de menores ou mesmo de pessoas que estejam em situação análoga à escravidão.

4.34. Todos os resíduos resultantes do serviço da CONTRATADA devem ser por ela adequadamente tratados, seja pela doação do material a instituições filantrópicas, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que participem de projeto integrante do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, conforme o parágrafo único do Art. 78 das IR 50-20, seja pela Logística Reversa, prevista na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e no Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, retornando os produtos considerados resíduos aos seus respectivos fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, seja pela contratação de empresa para prestação de serviço técnico especializado de descarte de resíduos.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.35. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante, garantindo:

4.35.1. Metro-Ethernet L2 (E-LINE/E-LAN), VLAN/Q-in-Q, MTU e JUMBO conforme Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.35.2. Transparência de QoS/DSCP/PCP, pass-through de protocolos de camada 2 conforme necessidade;

4.35.3. OAM 802.1ag/Y.1731 e/ou TWAMP para medições de perda/latência/jitter;

4.35.4. IPv4/IPv6 quando aplicável; NTP/PTP para sincronismo;

4.35.5. Monitoramento via portal 24x7 e API, histórico ≥ 12 meses;

4.35.6. Redundância física/lógica quando prevista (rotas diversas, POPs/PE distintos, VRRP/HSRP, mLAG/EVPN). No caso de uma mesma empresa ganhar o contrato para links redundantes, tal redundância física e lógica deverá ser comprovada.

4.36. Deverão ser atendidos os seguintes requisitos de arquitetura tecnológica:

4.36.1. A conexão entre 2 (duas) localidades deve ser realizado por enlace ponto a ponto com largura de banda garantida para transporte de quaisquer tipos de dados utilizando rede de fibra óptica fim a fim.

4.36.2. A solução de conexão deve permitir o completo controle e domínio do roteamento dos dados entre as Organizações Militares (OM) e o 52º CT.

4.36.3. A solução deve ser completamente transparente no tráfego de protocolos de roteamento.

4.36.4. Deverá ser fornecido e instalado os equipamentos e acessórios necessários para o estabelecimento e manutenção do serviço.

4.36.5. O tráfego em cada enlace ponto a ponto fluirá através de uma VLAN exclusiva, sendo tal transporte responsabilidade da CONTRATADA.

4.36.6. A velocidade contratada corresponde à taxa bruta de transferência de dados, ou seja, inclui a transmissão de informações de controle referentes aos protocolos de comunicação de dados como ethernet, TCP/IP e outros que venham a ser utilizados pelas aplicações da CONTRATANTE.

4.36.7. Os testes para verificação do desempenho do enlace frente ao contratado serão feitos utilizando-se ferramentas baseadas em conexão ponto a ponto, como por exemplo os softwares iperf ou iperf3.

4.36.8. As velocidades máximas de e do serviço devem ser garantidas para o acesso a download e a upload da rede fornecida pela CONTRATADA.

4.36.9. A CONTRATADA deverá garantir o índice de disponibilidade mensal, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

4.37. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.38. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.38.1. **Plano de Projeto.** Apresentar cronograma (Gantt) com marcos: vistoria técnica, lançamento/adequações, ativação, testes (RFC 2544/Y.1564 /OAM), período de estabilização e aceite. Janelas programadas: **sábados, 22h–06h, com aviso ≥ 5 dias úteis, podendo estes prazos serem modificados a critério da CONTRATANTE.**

4.38.2. **Levantamento e Engenharia de Campo.** Vistoria dos trajetos e salas técnicas; validação de **entradas prediais distintas** quando houver redundância; verificação de dutos/caixas, raio de curvatura, aterramento e infraestrutura. Cumprir **ABNT NBR 14565** (quando aplicável) e **NR-10/NR-35** (e **NR-33** se houver espaço confinado). Emitir **ART/RRT**.

4.38.3. **Se solicitado, entregar Documentação e As-Built, além de DWG + KMZ/KML** com traçado, POPs e coordenadas; **fotos georreferenciadas** de pontos críticos/entradas; **declaração de não compartilhamento** entre rotas redundantes; plano de endereçamento, VLANs e QoS.

4.38.4. Viabilizar a contratação de enlaces de adequada capacidade de transmissão e economicamente mais vantajosos, uma vez que a atual infraestrutura é composta de links de baixa capacidade que impõem severas limitações de conectividade aos sistemas corporativos da Força.

4.38.5. Considerar o risco de falha do enlace e a consequente interrupção da conectividade das Organizações Militares apoiadas e as medidas mitigadoras para o restabelecimento da conexão no curto prazo.

4.38.6. Compreender os requisitos de comunicação e transmissão de dados das Organizações Militares (OM) conectadas à rede corporativa do Exército através do 52º CT.

4.38.7. Atender o escopo do projeto, incluindo todos os serviços a serem fornecidos, especificações técnicas, prazos e entregáveis.

4.38.8. Assegurar que os novos enlaces sejam compatíveis com os equipamentos de rede existentes, facilitando a interoperabilidade entre diferentes plataformas.

4.38.9. Definir e monitorar métricas de desempenho para garantir que os enlaces estejam operando dentro dos parâmetros especificados nos requisitos técnicos.

Requisitos de Implantação

4.39. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.39.1. A implantação dos pontos será dividida em duas fases: instalação e ativação.

4.39.1.1. **Por instalação** entende-se como sendo o estabelecimento da conexão física e colocação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço nas respectivas Organizações Militares.

4.39.1.2. **Por ativação** entende-se a colocação dos equipamentos instalados em pleno funcionamento.

4.39.1.3. **Por pleno funcionamento** entende-se o atendimento de todos os requisitos definidos neste Termo de Referência, em especial ao Item 12.1 – Das Especificações Técnicas, contantes no Estudo Técnico Preliminar(ETP).

4.39.2. Os Itens objetos deste TR deverão ser instalados e ativados sob a demanda do 52º Centro de Telemática (52º CT) mediante contato formal com o preposto da **CONTRATADA**, na forma de ofício ou de *e-mail* indicado formalmente pela **CONTRATADA**.

4.39.3. Para uma determinada Localidade, conforme especificada no Item 7.2 – Especificações de Localidade, constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), será contratado somente um Item por vez, no caso de Itens dentro de um mesmo Grupo.

4.39.4. Uma vez solicitada a instalação, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para sua devida realização.

4.39.5. Uma vez solicitada a ativação a **CONTRATADA** terá o prazo de 7 (sete) dias corridos para sua devida realização. Caso transcorridos mais de 30 (trinta) dias da data de solicitação da ativação do enlace e a **CONTRATADA** não prosseguir com a referida ativação, será aplicado um desconto correspondente a 3,3% (três inteiros e três décimos por cento) por dia, calculado sobre o valor mensal do serviço contratado. Ficam desconsiderados os dias em que o **CONTRATANTE** não permitir a execução dos trabalhos para a ativação do serviço.

4.39.6. A cobrança pelos serviços será iniciada a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço, pela **CONTRATANTE**.

4.39.7. Para garantir a ampla concorrência das empresas disponíveis no mercado, os Itens deste Termo de Referência serão licitados em 24 (vinte e quatro) Grupos (Grupos 1 ao 24), sendo que todos os Grupos e Itens fazem parte do mesmo projeto. Desta forma a execução de um Grupo tem influência direta na execução dos demais. As instalações/ativações deverão ocorrer na sequência de interesse do 52º CT, de forma que a solução como um todo fique operacional. Portanto, em se ganhando mais de uma empresa para atender os diversos Grupos/Itens, o tempo para as solicitações de instalação

/ativação de cada Item dependerá, dentre outros fatores, do cumprimento dos prazos por parte das diversas empresas vencedoras, não cabendo à **CONTRATANTE** responsabilidade por eventuais atrasos.

4.39.8. A **CONTRATADA** deverá indicar, por meio de ofício, um funcionário (Preposto) responsável pelo atendimento de quaisquer demandas relativas ao contrato. Qualquer mudança do funcionário indicado deverá ser informada à **CONTRATANTE** previamente através de ofício.

4.39.9. A **CONTRATANTE** poderá, a qualquer tempo, sem nenhum ônus, solicitar a desativação de qualquer Item. A partir da solicitação de desativação, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para concluir tal desativação. A partir deste prazo, o referido Item não gerará mais ônus à **CONTRATANTE**.

4.39.10. A **CONTRATANTE** poderá, dentro do prazo de validade da ata, solicitar a reativação de qualquer Item anteriormente desativado. A partir da solicitação de reativação, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para concluir a referida reativação.

4.39.11. A **CONTRATANTE** poderá, dentro do prazo de validade da ata, solicitar a alteração do perfil previsto dentro do respectivo Grupo, sem que isto gere ônus para a mesma de **Instalação e Ativação**. A partir da solicitação de alteração do perfil, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para concluir a mudança.

4.39.12. Os locais exatos para instalação dos equipamentos, bem como lançamentos dos cabos de fibra óptica – dentro dos endereços indicados neste Termo de Referência – serão indicados pela **CONTRATANTE**.

4.39.13. Por ocasião do término do contrato, caso o serviço prestado seja objeto de um novo certame e outra empresa seja vencedora, a **CONTRATADA** atual deverá colaborar para a transição sem impacto na continuidade dos serviços, para isso fornecendo à nova contratada, por intermédio da **CONTRATANTE**, todas as informações, configurações, topologias e demais requisitos e informações relevantes para tanto.

4.39.14. O faturamento deverá ser realizado mensalmente, sendo a fatura composta de 1/12 do valor anual, descontados os valores das sanções aplicadas. Os custos relativos a instalação/ativação são de responsabilidade plena da **CONTRATADA**.

4.39.15. Caso exista viabilidade técnica, a **CONTRATANTE** poderá solicitar a mudança de endereço/localização dos pontos contratados. Os prazos para realização das mudanças serão os mesmos daqueles para instalação e ativação dos pontos.

4.39.16. A equipe técnica que incumbir-se-á da execução dos serviços objeto do presente Termo será aquela apresentada pela **CONTRATADA**, devendo esta, para a assinatura do contrato, apresentar currículo e certificações da equipe indicada, conforme perfil técnico e especialização necessária à execução dos serviços e de acordo com o detalhamento dos serviços e tecnologias a serem contratados, relacionados neste Termo de Referência.

4.39.17. As empresas interessadas poderão realizar visitas e reuniões com a **CONTRATANTE**, a fim de sanar todas as dúvidas inerentes ao objeto deste Termo, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços. Para isso, prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, mediante agendamento prévio com a **CONTRATANTE**.

4.39.18. A realização das visitas e reuniões não se consubstanciam em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, os licitantes cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, em face do desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.39.19. A pedido da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá apresentar, em meio digital e impresso, a planta inteira da rede contratada, incluindo o meio físico e os ativos de rede dos *backbones* e dos acessos regionalizados de todos os pontos da rede, em um prazo máximo de 10 (dez) dias.

4.39.20. A **CONTRATANTE** poderá, dentro do prazo de validade da ata, solicitar a migração de qualquer largura de banda do *site*, nos valores licitados dentro do respectivo Grupo, ajustando os valores pagos de acordo com o praticado no Item, a contar do vencimento do mês subsequente ao da mudança, sem que isto gere ônus adicionais à **CONTRATANTE**. A partir da solicitação de *upgrade/downgrade* do enlace dentro do respectivo Grupo, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para concluir aquela mudança. A partir deste prazo, o referido *site* deverá ter seu valor de pagamento atualizado pela **CONTRATANTE**. Caso transcorridos mais de 30 (trinta) dias da data de solicitação e a **CONTRATADA** não prosseguir com a referida alteração da largura de banda, será aplicado um desconto correspondente a 3,3% (três inteiros e três décimos por cento) por dia, calculado sobre o valor mensal do serviço contratado.

4.39.21. A **CONTRATADA** deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo **CONTRATANTE** a tais documentos. Para isso, o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, deverá ser assinado pelo representante legal da **CONTRATADA**, bem como pelos seus empregados diretamente envolvidos na contratação.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.40. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional.

4.41. Os serviços de suporte técnicos derivados do objeto do presente Termo de Referência, serão atendidos pela equipe técnica global da CONTRATADA. Neste sentido, não há uma única equipe designada para atendimento da CONTRATANTE.

4.42. A CONTRATADA deverá garantir a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação

Requisitos de Formação da Equipe

4.43 A contratada deverá garantir a prontidão de uma equipe técnica qualificada para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação.

4.44. Para estes atendimentos deverão ser designados técnicos de acordo com a severidade do chamado.

4.45. A contratada deverá garantir uma equipe técnica chefiada por um profissional que possua no mínimo o seguinte **perfil/formação/qualificação**:

PERFIL – Especialista(s) em serviços de rede	
Responsável(eis) por realizar todas as atividades relacionadas à configuração, implantação e testes, conforme as normas, padrões e diretrizes do contratante, implementando e configurando os equipamentos – switches, roteadores e outros sobre rede de dados própria ou de terceiros e integrando-os para prover a solução com os níveis mínimos exigidos no item 12.2 do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.	
Experiência/Qualificação	Modo de comprovação
Operações, configurações e projetos de redes VLAN	Certificado de cursos das áreas de <i>Routing & Switching</i> , <i>Service Provider</i> , Arquitetura de Redes e outros ou; Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo funcionário, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades relacionadas.
Formação	Modo de Comprovação
Curso superior/tecnológico completo na área de Tecnologia da Informação, ou qualquer formação de nível superior/tecnológico com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação.	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação/tecnológico na área de Tecnologia da Informação ou nível superior/tecnológico em qualquer área com pós-graduação na área de Tecnologia da Informação em nível de especialização ou mestrado ou doutorado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.46. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.47. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.48. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana por via telefônica.

4.49. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.50. A CONTRATADA deve prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

4.51. A CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 48 (setenta e duas) horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

4.52. A CONTRATADA deve utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações (RQUAL - Resolução nº 717/2019 ou mais atual).

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.53. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.54. Governança e conformidade.

4.54.1. Observância da Política de Segurança da Informação da Contratante e legislação aplicável (incluindo LGPD).

4.54.2. Contratante atua como Controladora e a Contratada como Operadora de dados pessoais; indicar Encarregado (DPO) e canais de contato.

4.54.3. Transferência internacional de dados somente com anuência prévia e base legal.

4.55. Isolamento de tráfego e criptografia.

4.55.1. Isolamento L2 obrigatório por VLAN/EVC dedicado (Q-in-Q quando aplicável); bloqueio de L2CP (BPDU, LACP, LLDP) por padrão, habilitável sob demanda documentada. (Q-in-Q/MACsec).

4.55.2. MACsec (IEEE 802.1AE) quando requerido pela Contratante, com MKA 802.1X-2010, suites AES-GCM e proteção contra replay; ajuste de MTU para manter o payload contratado.

4.55.3. Na inviabilidade técnica de MACsec, admitir IPsec (AES-GCM, PFS) somente com anuência da Contratante e sem custo adicional.

4.56. Acesso e administração segura.

4.56.1. Gestão apenas por canais seguros (SSHv2, HTTPS/TLS 1.2+, SNMPv3); vedado telnet/HTTP/SNMPv1/v2c.

4.56.2. MFA obrigatório no portal/API e nas contas de administração; segregação de funções; trilhas de auditoria.

4.56.3. Senhas/segregados protegidos (hash + rotação periódica); chaves/certificados com validade adequada.

4.57. Monitoramento, registros e retenção.

4.57.1. Portal 24 horas por dia e 7 dias por semana e API com métricas por circuito (disponibilidade, perda, latência, jitter, tickets e janelas), histórico mínimo de 12 meses.

4.57.2. Logs de acesso/alteração/alarme armazenados por 12 meses; disponibilização por syslog/arquivo se solicitado.

4.58. Detecção e resposta a incidentes.

4.58.1. Notificação à Contratante em até 2 (duas) horas da detecção, contendo nº do ticket, escopo, impacto e medidas imediatas.

4.58.2. *RCA (Relatório de Causa-Raiz) em até 48 horas após restabelecimento, com cronologia, causa, ações corretivas/preventivas e evidências.*

4.59. Endurecimento e proteção L2/L3.

4.59.1. Storm-control (broadcast/multicast/unicast desconhecido) conforme limites acordados; DHCP snooping e ARP inspection quando aplicável.

4.59.2. Prevenção de loops (BPDU-guard/root-guard), controle de MAC moves e port-security quando requerido.

4.59.3. QoS com preservação de DSCP/PCP fim a fim, conforme plano aprovado.

4.60. Gestão de vulnerabilidades e mudanças.

4.60.1. Atualizações de *firmware/patches* de segurança dentro de janelas acordadas com a **CONTRATANTE** (janela padrão: sábados, 22h–06h, aviso ≥ 5 dias úteis), com plano de *rollback*.

4.60.2. Processo de RDM para mudanças lógicas/físicas (justificativa, risco, evidências pós-mudança).

4.60.3. Proibição de serviços/demos/contas padrão em produção.

4.61. Segurança física e de campo.

4.61.1. Técnicos identificados e autorizados, registro de entrada/saída em salas técnicas.

4.61.2. Cumprimento de NR-10/NR-35 (e NR-33 quando aplicável); ART/RRT para obras/lançamentos/adequações.

4.61.3. Proteção de entradas prediais e trajetos; quando houver redundância, proibição de compartilhamento de duto/caixa/POP/PE entre rotas.

4.62. Privacidade e dados pessoais.

4.62.1. Princípios de minimização e necessidade de dados; não retenção além do necessário.

4.62.2. Tratamento de requisições de titulares (quando aplicável) em coordenação com a Contratante.

4.62.3. Dados e logs com classificação da informação definida pela Contratante.

4.63. Entregáveis de segurança, quando solicitados:

4.63.1. Plano de Segurança inicial (controles adotados, contatos, processos de resposta).

4.63.2. Relatórios mensais de telemetria/eventos e, quando houver, de vulnerabilidades corrigidas.

4.63.3. Dossiê de aceite de segurança por enlace: evidências de isolamento (VLAN/EVC), testes com MACsec (se aplicável), prints de configurações seguras, amostras de logs e resultados de OAM 802.1ag/Y.1731 dentro do SLA.

Vistoria.

4.64. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de 09:00h às 16:00h, de segunda a quinta-feira, e de 08:00h às 11:30h, às sextas-feiras.

4.65. Para isso, prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, mediante agendamento prévio com a CONTRATANTE.

4.66. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.67. A realização da visita técnica não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após a apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, em face do desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.68. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.69. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.70. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.71. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.71.1. Só será admitida a oferta de equipamentos que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 6 de novembro de 2023, do INMETRO;

4.71.2. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

4.71.3. No que couber, a Contratada deverá ainda atender ao disposto na legislação vigente, evidenciando ações para:

4.71.3.1. Causar baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.71.3.2. Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.71.3.3. Proporcionar maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.71.3.4. Proporcionar maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; e

4.71.3.5. Empregar inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais

4.72. Justifica-se as exigências quanto a sustentabilidade, quando aplicáveis, em função da necessidade de preservação dos diversos tipos de recursos, por intermédio de uma gestão responsável que promova a justiça social e o desenvolvimento aliados à proteção ambiental. Tais ações, além das dimensões econômica, social e ambiental, visam a reeducação, a conscientização quanto aos impactos do consumo desenfreado, o consumo racional e consciente dos recursos naturais e o processamento e descarte correto do lixo.

Indicação de marcas ou modelos

4.73. Na presente contratação não será realizada a indicação de marcas, características ou modelos dos bens eventualmente utilizados para a prestação do serviço.

Subcontratação.

4.74. Conforme requisitos técnicos elencados neste Termo de Referência não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra.

4.75. Em função da natureza do serviço, o qual refere-se a enlaces metro ethernet, não se aplica a exigência de amostra do objeto para verificação da solução de TIC.

Garantia da contratação.

4.76. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco** por cento) do valor **anual** da contratação.

4.77. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.77.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.77.1.1. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia no prazo estipulado, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.77.1.2.. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.77.1.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.77.1.4. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia no prazo definido neste termo de referência, deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.78. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.79. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 162 da Lei no 14.133 de 2021.

4.80. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, devesa abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

- 4.81. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.82. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.83. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.84. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.84.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.85. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.85.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.85.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.85.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.86. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.87. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.88. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.89. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.90. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.90.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.90.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.91. Será considerado extinta a garantia:
- 4.91.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 4.91.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação;
- 4.91.3. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.91.4. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.92. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.93. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.94. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.95. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Instalação de escritório

4.96. Não se aplica a obrigatoriedade de instalação de escritório por parte da **CONTRATADA**.

Margem de Preferência

4.97. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência, porquanto não consiste em bens manufaturados nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme disposto na Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, bem como, nas alterações constantes da Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.98. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.98.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Os serviços serão prestados de forma contínua, pois, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do 52º CT, de modo que sua interrupção comprometa a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional.

4.98.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.98.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.98.4. A presente contratação está diretamente relacionada às atividades finalísticas do 52º CT, as quais referem-se a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, não estando relacionada às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais.

4.98.5. Não é possível que o serviço seja prestado por cooperativa pois não há possibilidade de execução do serviço de forma autônoma pelos cooperados. Também não será permitida a formação de consórcio haja vista não se tratar de licitação que envolva objeto de grande complexidade e vulto, possibilitando a competitividade no certame.

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

4.99. São obrigações da CONTRATANTE:

4.99.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

4.99.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

4.99.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

4.99.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

4.99.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

4.99.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

4.99.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

4.99.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

4.99.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste documento da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo.

4.99.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

- 4.99.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 4.99.12. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 4.99.13. Pagar à contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.99.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o Item 6 do ANEXO XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 4.99.15. Não praticar atos de ingerência ou intervenção indevida na administração da contratada, tais como:
- 4.99.15.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.
- 4.99.15.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada.
- 4.99.15.3. Considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 4.99.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 4.99.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, durante a prestação do mesmo e após seu recebimento.
- 4.99.18. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada.
- 4.99.19. Zelar pela segurança dos equipamentos, evitando o manuseio por pessoas não habilitadas.
- 4.99.20. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências do 52º CT e das instalações indicadas no ITEM 7.2 - ESPECIFICAÇÕES DE LOCALIDADES do Estudo Técnico Preliminar(ETP), para a execução dos serviços contratados, desde que identificados com, pelo menos 24 horas de antecedência ao respectivo Fiscal do Contrato, salvo em ocorrências que exijam urgência de atendimento. Neste caso, os técnicos deverão ser identificados ao respectivo Fiscal do Contrato ou ao servidor por ele indicado quando de sua chegada ao local.
- 4.99.21. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela empresa CONTRATADA, necessários à prestação do serviço contratado.
- 4.100. São obrigações do CONTRATADO:
- 4.100.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 4.100.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 4.100.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 4.100.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 4.100.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 4.100.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 4.100.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 4.100.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 4.100.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.
- 4.100.10. Executar o objeto da contratação em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).
- 4.100.11. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato.

- 4.100.12. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.
- 4.100.13. Cumprir rigorosamente todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de forma que todos os serviços fornecidos sejam entregues de acordo com a qualidade e quantidade exigida.
- 4.100.14. Atender todas as solicitações e demandas feitas pela contratante para acompanhamento e controle da execução dos serviços.
- 4.100.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para manter o funcionamento do enlace contratado, podendo estes serem solicitados, caso houver necessidade, via canal técnico, para realizar instalação, correção e solução de problemas, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 4.100.16. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante.
- 4.100.17. Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 4.100.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalhador menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos e não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.100.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.100.20. Ser responsável por todos os procedimentos necessários para viabilizar a prestação dos serviços, arcando com o ônus decorrente.
- 4.100.21. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceirizados ou da contratante, em razão de acidente ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir.
- 4.100.22. Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas ou indiretas com o seu pessoal envolvido na execução dos serviços.
- 4.100.23. Negociar, antecipadamente com a contratante, qualquer mudança de tecnologia que possa resultar em modificação da forma de atendimento especificada nas propostas comerciais e neste Termo de Referência.
- 4.100.24. Disponibilizar meios de comunicação para abertura de chamados (0800), endereço de correio eletrônico (*e-mail*), portal (*web*) ou sistema próprio.
- 4.100.25. Levar imediatamente ao conhecimento do Fiscal de Contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer, para adoção das medidas cabíveis.
- 4.100.26. Não divulgar, em parte ou integralmente, o conteúdo do contrato e informações da contratante a terceiros.
- 4.100.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da concorrência.
- 4.100.28. Responder por todas as despesas de alimentação, passagens, diárias, hospedagem e quaisquer outras despesas que seus funcionários ou parceiros venham a ter em função dos serviços que são objeto deste Termo de Referência.
- 4.100.29. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços contratados, objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a causar ou provocar, direta ou indiretamente, à contratante.
- 4.100.30. Responsabilizar-se perante a Administração pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da Administração, independentemente de qualquer importância que tenha direito de receber.
- 4.100.31. Manter seus empregados, prepostos e terceiros, durante a execução dos serviços, devidamente uniformizados, com seus padrões próprios e de acordo com o exigido pela legislação trabalhista (equipamentos de proteção individual, proteção especial etc.) e devidamente identificados por crachás.
- 4.100.32. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 4.100.33. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 4.100.33.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
- 4.100.33.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
- 4.100.33.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.
- 4.100.33.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).

4.100.33.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do ANEXO VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.100.34. Encaminhar à Fiscalização do CONTRATANTE, com periodicidade mensal, relatório detalhado referente à prestação do serviço contratado, devendo conter:

4.100.34.1. Informações detalhadas dos chamados abertos e fechados, com ênfase para aqueles resolvidos no mês.

4.100.34.2. Contemplar todas as informações sobre os atendimentos, incluindo o passo a passo detalhado das ações realizadas, devendo servir de referência na solução de incidentes e problemas futuros.

4.100.35. A composição e formatação dos relatórios serão definidas em conjunto, CONTRATANTE e CONTRATADA, após a assinatura do Contrato.

4.100.36. Substituir qualquer técnico que se revelar inconveniente ou ineficiente ou cujo desempenho seja considerado abaixo dos padrões aceitos como razoáveis para serviços da mesma natureza, conforme avaliação do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA toda e qualquer despesa decorrente da substituição.

4.100.37. Prestar qualquer tipo de informação solicitada pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Termo de Referência.

4.100.38. Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

4.101. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

4.101.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

4.101.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

4.101.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

4.101.4. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

4.101.5. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

4.101.6. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

4.101.6.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

4.101.6.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

4.101.6.3. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

4.101.7. Autorizar a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, conforme previsto no art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.

4.101.8. Demais mecanismos de regramento constam na Ata de Registro de Preços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A implantação dos pontos será dividida em duas fases: instalação e ativação. Por instalação entende-se como sendo o estabelecimento da conexão física e colocação de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço nas respectivas Organizações Militares. Por ativação entende-se a colocação dos equipamentos instalados em pleno funcionamento. Por pleno funcionamento entende-se o atendimento de todos os requisitos definidos no Estudo Técnico Preliminar.

5.2. Os Itens objetos deste TR deverão ser instalados e ativados sob a demanda do 52º Centro de Telemática (52º CT) mediante contato formal com o preposto da CONTRATADA, na forma de ofício ou de e-mail indicado formalmente pela CONTRATADA.

5.3. Para uma determinada Localidade, conforme especificada no Estudo Técnico Preliminar, será contratado somente um Item por vez, no caso de Itens dentro de um mesmo Grupo.

5.4. Uma vez solicitada a instalação, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para sua devida realização.

5.5. Uma vez solicitada a ativação a CONTRATADA terá o prazo de 7 (sete) dias corridos para sua devida realização. Caso transcorridos mais de 30 (trinta) dias da data de solicitação da ativação do enlace e a CONTRATADA não prosseguir com a referida ativação, será aplicado um desconto correspondente a 3,3% (três inteiros e três décimos por cento) por dia, calculado sobre o valor mensal do serviço contratado. Ficam desconsiderados os dias em que o CONTRATANTE não permitir a execução dos trabalhos para a ativação do serviço.

5.6. A cobrança pelos serviços será iniciada a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço, pela CONTRATANTE.

5.7. Para garantir a ampla concorrência das empresas disponíveis no mercado, os Itens deste Termo de Referência serão licitados em 24(vinte e quatro) Grupos, sendo que todos os Grupos fazem parte do mesmo projeto. Desta forma a execução de um Grupo tem influência direta na execução dos demais. As instalações/ativações deverão ocorrer na sequência de interesse do 52º CT, de forma que a solução como um todo fique operacional. Portanto, em se ganhando mais de uma empresa para atender os diversos Grupos/Itens, o tempo para as solicitações de instalação/ativação de cada Item dependerá, dentre outros fatores, do cumprimento dos prazos por parte das diversas empresas vencedoras, não cabendo à CONTRATANTE responsabilidade por eventuais atrasos.

5.8. A CONTRATADA deverá indicar, por meio de ofício, um funcionário (Preposto) responsável pelo atendimento de quaisquer demandas relativas ao contrato. Qualquer mudança do funcionário indicado deverá ser informada à CONTRATANTE previamente através de ofício.

5.9. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, sem nenhum ônus, solicitar a desativação de qualquer Item. A partir da solicitação de desativação, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para concluir tal desativação. A partir deste prazo, o referido Item não gerará mais ônus à CONTRATANTE.

5.10. A CONTRATANTE poderá, dentro do prazo de validade da ata, solicitar a reativação de qualquer Item anteriormente desativado. A partir da solicitação de reativação, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para concluir a referida reativação.

5.11. A CONTRATANTE poderá, dentro do prazo de validade da ata, solicitar a alteração do perfil previsto dentro do respectivo Grupo, sem que isto gere ônus para a mesma. A partir da solicitação de alteração do perfil, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para concluir a mudança.

5.12. Os locais exatos para instalação dos equipamentos, bem como lançamentos dos cabos de fibra óptica – dentro dos endereços indicados neste Termo de Referência – serão indicados pela CONTRATANTE.

5.13. Por ocasião do término do contrato, caso o serviço prestado seja objeto de um novo certame e outra empresa seja vencedora, a CONTRATADA atual deverá colaborar para a transição sem impacto na continuidade dos serviços, para isso fornecendo à nova contratada, por intermédio da CONTRATANTE, todas as informações, configurações, topologias e demais requisitos e informações relevantes para tanto.

5.14. O faturamento deverá ser realizado mensalmente, sendo a fatura composta de 1/12 do valor anual, descontados os valores das sanções aplicadas. Os custos relativos a instalação são de responsabilidade plena da CONTRATADA.

5.15. Caso exista viabilidade técnica, a CONTRATANTE poderá solicitar a mudança de endereço/localização dos pontos contratados. Os prazos para realização das mudanças serão os mesmos daqueles para instalação e ativação dos pontos.

5.16. A equipe técnica que incumbir-se-á da execução dos serviços objeto do presente Termo será aquela apresentada pela CONTRATADA, devendo esta, para a assinatura do contrato, apresentar currículo e certificações da equipe indicada, conforme perfil técnico e especialização necessária à execução dos serviços e de acordo com o detalhamento dos serviços e tecnologias a serem contratados, relacionados neste Termo de Referência.

5.17. As empresas interessadas poderão realizar visitas e reuniões com a CONTRATANTE, a fim de sanar todas as dúvidas inerentes ao objeto deste Termo, de forma a obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades

para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços. Para isso, prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, mediante agendamento prévio com a CONTRATANTE.

5.18. A realização das visitas e reuniões não se consubstanciam em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, em face do desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

5.19. A pedido da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar, em meio digital e impresso, a planta inteira da rede contratada, incluindo o meio físico e os ativos de rede dos *backbones* e dos acessos regionalizados de todos os pontos da rede, em um prazo máximo de 10 (dez) dias.

5.20. A CONTRATANTE poderá, dentro do prazo de validade da ata, solicitar a migração de qualquer largura de banda do site, nos valores licitados dentro do respectivo Grupo, ajustando os valores pagos de acordo com o praticado no Item, a contar do vencimento do mês subsequente ao da mudança, sem que isto gere ônus adicionais à CONTRATANTE. A partir da solicitação de upgrade/downgrade do enlace dentro do respectivo Grupo, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para concluir aquela mudança. A partir deste prazo, o referido site deverá ter seu valor de pagamento atualizado pela CONTRATANTE. Caso transcorridos mais de 30 (trinta) dias da data de solicitação e a CONTRATADA não prosseguir com a referida alteração da largura de banda, será aplicado um desconto correspondente a 3,3% (três inteiros e três décimos por cento) por dia, calculado sobre o valor mensal do serviço contratado.

5.21. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos. Para isso, o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, bem como pelos seus empregados diretamente envolvidos na contratação.

Local e horário da prestação do serviço

5.22. Os serviços serão prestados nos endereços relacionados no ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP), deste instrumento.

5.23. Os serviços serão prestados no seguinte horário: em regime de 24 x 7, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias na semana. Os serviços de suporte e manutenção deverão ser executados preferencialmente nos horários de expediente do 52º CT, que compreende os períodos de 09h00 às 16h30, de segunda a quinta-feira, e de 08h00 às 12h00, às sextas-feiras.

5.24. Havendo necessidade de estender o período de trabalho, inclusive em período noturno, será necessário solicitação à fiscalização do contrato.

5.25. Após a abertura dos chamados os serviços poderão ser realizados, se necessário 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Materiais a serem disponibilizados.

5.26. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

5.27. Além dos equipamentos e acessórios necessários para instalação e ativação dos enlaces, bem como a configuração dos mesmos, que devem ser fornecidos pela contratada, deverá ser disponibilizando, ainda, meios para aferir a velocidade do enlace contratado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

5.28. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.29. Escopo da contratação:

Descrição do Serviço	Bandas Contratadas
Serviços de conexão de enlaces dedicados de longa distância Metro Ethernet (ponto a ponto, de camada 2, com largura de banda garantida) para transmissão de dados via canal de comunicação digital	- 200 Mbps / 300 Mbps / 400 Mbps para as localidades do Grupo 1, conforme ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP)
	- 100 Mbps / 200 Mbps / 300 Mbps para as localidades do Grupo 2, 3, 4, 5 e 8, conforme ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP)
	- 32 Mbps / 64 Mbps / 100 Mbps para as localidades do Grupo 6, 13, 14, 20 e 24, conforme ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP)
	- 100 Mbps / 150 Mbps / 200 Mbps para as localidades do Grupo 7, 16 e 17, conforme ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP)
	- 64 Mbps / 100 Mbps / 150 Mbps para as localidades do Grupo 9, 10, 11 e 12, conforme ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP)
	- 200 Mbps / 500 Mbps / 1 Gb para as localidades do Grupo 18, conforme ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP).
	- 32 Mbps / 64 Mbps para as localidades do Grupo 15, 19, 21, 22 e 23, conforme ITEM 7.2 – ESPECIFICAÇÃO DE LOCALIDADE do Estudo Técnico Preliminar(ETP)

5.30. Considerar-se-á como tempo de resposta a uma solicitação ou chamado técnico o período compreendido entre a comunicação da solicitação (via telefone, e-mail, web ou sistema próprio disponibilizado pela contratada) e a solução final do mesmo, que deverá ser aprovada pelo fiscal do contrato.

Formas de transferência de conhecimento

5.31. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.32. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se da seguinte etapa:

5.32.1. Na ocasião do término do contrato, caso o serviço prestado seja objeto de um novo certame e outra empresa seja vencedora, a CONTRATADA atual deverá colaborar para a transição sem impacto na continuidade dos serviços, para isso fornecendo à nova contratada, por intermédio da CONTRATANTE, todas as informações, configurações, topologias e demais requisitos e informações relevantes para tanto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

5.33. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme determinação do CONTRATANTE.

Mecanismos formais de comunicação

5.34. O Contrato, celebrado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA;

5.34.1. A Ordem de Serviço, contendo a autorização expressa para a execução do objeto;

5.34.2. O correio eletrônico e o telefone, para troca de informações e esclarecimento de dúvidas;

5.34.3. O Ofício, para comunicações diversas, sempre que necessário;

5.34.4. O Termo de Recebimento Provisório, considerado o ateste inicial realizado pela fiscalização do contrato;

5.34.5. O Termo de Recebimento Definitivo, que é o ato administrativo realizado pelo gestor do contrato concretizando os atestes da fiscalização do contrato para efeito de liquidação e pagamento.

5.35. A contratada deverá disponibilizar um canal telefônico e endereço de e-mail para comunicação com o preposto, bem como meios de comunicação para abertura de chamados (telefone 0800, endereço de e-mail, portal web ou sistema próprio).

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança.

5.36.O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.37.O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. Devido a natureza do serviço a contratada fica desobrigada de manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

6.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços

6.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05(cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 6.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 6.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 6.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 6.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e
- 6.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ((Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.12.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.12.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.12.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.12.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.13. Quando houver redundância, o Fiscal poderá auditar rotas e Pontos de Presença (PoP) ou Roteadores de Borda do provedor (vistoria, OTDR amostral, cruzamento de as-built) a qualquer tempo; constatada coincidência de rotas não autorizada, determinará saneamento nos prazos contratuais, com aplicação de glosas/sanções.

6.14. O Fiscal poderá exigir, nas atividades da **CONTRATADA** em campo, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), além da comprovação de NR-10/NR-35 (e NR-33, quando aplicável) e Análise Preliminar de Risco (APR) ou Permissão de Trabalho (PT); a ausência constitui não conformidade grave.

6.15. O Fiscal Técnico poderá solicitar a realização de reuniões técnicas (periódicas ou extraordinárias) para a análise de desempenho, incidentes, plano preventivo e pendências, com ata assinada pelas partes.

6.16. No caso de persistência de não conformidades, o Fiscal instituirá processo com relatório e evidências para a proposta de glosa e sanção, submetendo-as ao Gestor e à autoridade competente, na forma da lei 14.133/2021.

6.17. A Administração **poderá contratar terceiros** (laboratórios, auditores, consultores) para **assistir e subsidiar** os fiscais com informações e ensaios técnicos, sem prejuízo das atribuições legais dos fiscais técnicos.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.19.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá à seguinte rotina:

6.20.1. Providenciar, no caso de substituição ou inclusão de empregado(s) da contratada, para que o preposto entregue ao Fiscal Administrativo do Contrato o(s) Termo(s) de Ciência assinado(s) pelo(s) novo(s) empregado (s) envolvido(s) na execução dos serviços contratados.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

6.21.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.21.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21.5.1. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21.5.2. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.5.3. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.5.3.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024; e

6.21.5.3.1.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Níveis mínimos de serviço exigidos.

7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar o preposto para reuniões presenciais no 52º Centro de Telemática (52º CT) e/ou por videoconferências, sempre que o 52º CT julgar necessário. Esta reunião será agendada, pelo 52º CT, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

- 7.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento especializado durante o horário comercial, acessado por um número único nacional não tarifado (0800) ou por número local de Fortaleza/CE, podendo oferecer, adicionalmente, opção de registro de chamados pela internet, de acordo com requisitos de segurança estabelecidos de comum acordo entre o 52º CT e a CONTRATADA.
- 7.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 7.5. Não serão aceitos serviços inferiores aos especificados no **12.2 – DETALHAMENTO DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**.
- 7.6. Os indicadores de qualidade de serviço e respectivos limiares de desempenho, no que diz respeito ao atendimento dos níveis de serviço contratado, estão estabelecidos no **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**, anunciados no subitem 8.7.1, deste Termo de Referência, a seguir.
- 7.7. Do Acordo de Nível de Serviço (ANS).
- 7.7.1. Instrumento de Medição de Resultados (IMR):

Indicador	
Nº 01 – Garantir o cumprimento das especificações técnicas e dos prazos do serviço de enlace dedicado ponto a ponto, de camada dois (Metro Ethernet), entre Organizações Militares subordinadas e vinculadas à 10ª Região Militar (10ª RM).	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução do serviço atendendo todas as especificações técnicas e prazos previstos no projeto.
Meta a Cumprir	A meta definida visa garantir a entrega de 100% dos serviços realizados dentro dos prazos estabelecidos e atendendo as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.
Instrumento de Medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da CONTRATANTE e do Termos de Recebimento Provisório e do Termos de Recebimento Definitivo emitidos.
Forma de Acompanhamento	Verificação, por parte da Equipe de Gestão/Fiscalização, dos serviços conforme o Termo de Referência.
Periodicidade	Quinzenal.
Mecanismo de Cálculo	Seguir evolução dos trabalhos e calendário físico-financeiro para execução de pagamentos à CONTRATADA , conforme o Termo de Referência.
Início de Vigência	A vigência do contrato será de 12(doze) meses, a contar da assinatura do Termo, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE por mais 4 (quatro) anos, desde que atendido o Art. 105 e 106, da Lei nº 14.133, de 2021.
Faixas de Ajuste no Pagamento	A Administração opta por indicar apenas a faixa de Conclusão Total do Serviço (Projeto), conforme Termo de Contrato Firmado. = recebimento de 100% da fatura.

Sanções	Conforme previsto nas Sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento (de acordo com os itens 8.64 ao 8.80), deste Termo de Referência.
Observações	Para este fim, será considerado as Ordens de Serviço, livro registro do fiscal de contrato informando inexecução do serviço total ou parcial e ofício de comunicação com a CONTRATADA .

7.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.9. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.9.1. Não produziu os resultados acordados,

7.9.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.9.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.9.4. Os serviços serão acompanhados e monitorados pelo Gestor/Fiscal do Contrato e a execução dos trabalhos deverá ser realizada pela CONTRATADA, prevendo a participação direta, durante todas as suas etapas, de representantes indicados pela Administração.

7.9.5. Quaisquer visitas ou reuniões para tratar de assuntos relativos a execução dos serviços ou ao contrato deverão ser previamente agendadas e comunicadas ao Fiscal do Contrato.

7.10. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal

7.15. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.15.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.16. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.17. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.18. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.19. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 7.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.21. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.22. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.22.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. Art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.22.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.22.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.22.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.22.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.23. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.24. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.25. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.26. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.26.1. A **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à execução dos serviços contratados, sendo obrigação da **CONTRATADA** de recebê-las e acolhê-las conforme o caso.
- 7.26.2. A **CONTRATADA** deverá obedecer e executar todos os testes de acordo com as normas em vigor, citadas ao longo do Item 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, deste documento.
- 7.26.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados no Art. na forma do Art.117 da Lei nº 14.133, de 2021, e do Art. 10 e 11 do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018;
- 7.26.4. O representante da **CONTRATANTE** deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 7.26.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 7.26.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os instrumentos de medição de resultado descritos neste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **CONTRATADA**: não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.26.7. A utilização das análises de Acordo de Nível de Serviço (ANS) para todos os itens (1 a 67) e sanções, não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.26.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.26.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da **CONTRATADA** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços contratados.

7.26.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.26.11. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.26.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores de ANS e sanções, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as penalidades à **CONTRATADA**, de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.26.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

Liquidação

7.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.28. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.29. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.29. 1. o prazo de validade;

7.29. 2. a data da emissão;

7.29. 3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.29. 4. o período respectivo de execução do contrato;

7.29. 5. o valor a pagar; e

7.29. 6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.31. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.32. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.32.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.32.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.33. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.34. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.35. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.36. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.37. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.38. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.39. No caso de Nota Fiscal/Fatura apresentada com erro, esta deverá ser corrigida antes que qualquer prazo seja contado e antes que seja emitido qualquer termo final de prazo de pagamento, situação em que por hipótese alguma deve haver cobrança de correção monetária ou a contratada deixar de fornecer os serviços contratados, sob pena de ensejar sanções administrativas.

Forma de pagamento

7.40. A Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato designada pela CONTRATANTE será responsável pela ateste do serviço executado pela Contratada.

7.41. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, que deverá conter as informações necessárias à conferência do objeto fornecido, incluindo seu valor total, impostos, descontos, em conformidade com o preço contratado.

7.42. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.43. Nos termos do Item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.43.1. Não produziu os resultados acordados;

7.43.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

7.43.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.44. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo Contratado.

7.45. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.46. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.47. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.48. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

7.49. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes orçamentárias vigente.

Antecipação de pagamento

7.50. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento tendo em vista tal condição não ser indispensável para obtenção do serviço ou propicia sensível economia de escala.

Reajuste

7.51. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/11/2027.

7.52. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.53. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.54. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.55. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente, o definitivo.

7.56. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.57. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.58. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.59. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.59.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.59.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.59.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.59.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.60. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.1 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme descrito no Item 12.2 – Detalhamento do Acordo de Nível de Serviço, contantes no Estudo Técnico Preliminar(ETP).

8.2 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

8.2.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.5. Multa:

8.5.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.5.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.5.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.5.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 15,0 % (quinze por cento) do valor da contratação. do valor da contratação.

8.5.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 15,0 % (quinze por cento) do valor da contratação.

8.5.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 10,0 % (dez por cento) do valor da contratação.

8.5.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 15,0 % (quinze por cento) do valor da contratação.

8.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.12. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.13. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.14.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.14.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.14.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.14.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.14.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.17.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Justificativa da modalidade, critério de julgamento e modo de disputa.

9.1.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços, considerando tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O Sistema de Registro de Preços foi adotado em razão da necessidade de contratações futuras e eventuais, permitindo maior flexibilidade administrativa e eficiência na gestão dos recursos públicos.

9.1.3. O modo de disputa aberto foi escolhido por proporcionar maior competitividade, mediante a apresentação sucessiva de lances públicos.

9.1.4. O critério de julgamento pelo menor preço mostra-se adequado à natureza do objeto, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por fornecimento e prestação de serviço associado

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Ato de autorização para o exercício da atividade de telecomunicações, expedido pela Anatel nos termos da Resolução da Anatel nº 777, de 28 de abril de 2025, e suas atualizações (Regulamento dos Serviços de Telecomunicações).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo** de 10% do valor total estimado da contratação.

9.24.1. Justifica-se a adoção do percentual sobre o patrimônio líquido haja vista que esse instituto representa melhor a saúde financeira da futura contratada, fator relevante face aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar para a Administração, considerando-se a essencialidade do objeto.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Registro ou inscrição na ANATEL, em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Contratos de prestação de serviço de links de dados do tipo Metro Ethernet ou Lan-to-Lan em camada 2 com largura de banda de, no mínimo, 50% da contratada (para participação em links do tipo Metro Ethernet);

9.32.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.41.6.1. ata de fundação;

9.41.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.41.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.41.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.41.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.41.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.41.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.795.348,81 (dois milhão setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 acima.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

GUILHERME BARBOSA BEZERRA DA SILVA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:23:51.

MICHAEL ANTHONY DA COSTA SOUZA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:07:50.

GUSTAVO GENTIL LEITE DE ARAUJO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:23:26.

CILENO DE MAGALHAES RIBEIRO

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:57:02.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos, conforme inciso II do Art. 14 do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

LERICHE ALBUQUERQUE BARROS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 16:56:01.